

**COMPROVANTE
RETIRADA DE EDITAL**

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: () _____

E-MAIL: _____

FAX: _____

MODALIDADE: Concorrência Pública nº 017/2015.

PROCESSO Nº: 7.817/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para conclusão da obra de construção da Escola Municipal Pluridocente Indígena Pau Brasil, localizada neste Município de Aracruz-ES.

Obtivemos, através do acesso www.aracruz.es.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada de edital e remetê-lo ao Setor de Licitação, por meio de fax.: 27 – 3296-1092 ou do e-mail licitacao@aracruz.es.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Aracruz da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Local: _____, ____ de _____ de 2015.

Nome por extenso: _____

RG nº: _____

ASSINATURA

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº 017/2015

PROCESSO Nº 7.817/2015

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, Estado do Espírito Santo, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 12.951 de 18/09/2014, torna público, para conhecimento dos interessados que de acordo com as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nºs 8.883/94 e 9.648/98 e alterações posteriores, fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, objetivando a **contratação de empresa para conclusão da obra de construção da Escola Municipal Pluridocente Indígena Pau Brasil, localizada neste Município de Aracruz-ES**, conforme Requisição de Serviços nº 280/2015 da Secretaria de Educação, constante do Processo Administrativo nº 7.817/2015.

Local/horário/dia: Os envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS" deverão ser protocolizados no Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Aracruz –ES (antigo Fórum) **até as 13 horas do dia 06 de Outubro de 2015**, iniciando-se a abertura do Envelope "HABILITAÇÃO" **às 14 horas, no dia 06 de Outubro de 2015**, na sala da Comissão de Licitação, Secretaria de Suprimentos, sede da PMA, localizada na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz - ES.

A licitante poderá adquirir o Edital junto ao site da P.M. de Aracruz (www.pma.es.gov.br - Links úteis - licitação) ou junto à Comissão Permanente de Licitação, na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá – Aracruz/ES, no horário de 12:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira.

1. OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 - A presente Concorrência Pública tem por objeto a **contratação de empresa para execução de obras externas, espaço educativo II na Escola Municipal Pluridocente Indígena na Aldeia de Irajá, localizada no Município de Aracruz**, mediante condições constantes deste Edital e seus anexos.

1.2 - Os serviços a serem executados compreendem fornecimento de mão de obra, equipamentos, maquinários e outros necessários à execução.

1.3 - Todos os serviços ser executados em atendimento às recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto à qualidade dos materiais e mão de obra empregados na execução dos serviços.

2. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

2.1 - O valor estimado para a execução dos serviços acima mencionada é de **R\$ 761.550,46 (Setecentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos)**.

2.2 - O Município de Aracruz pagará à Contratada pela execução dos serviços, os preços estabelecidos nas planilhas orçamentárias apresentadas pela vencedora desta licitação e seu regime de contratação será de empreitada por preços unitários, cujo critério de julgamento é o menor preço global.

3. FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Reduzido: 419

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Educação

Classificação Funcional: 12.361.0012.1067

Elemento de Despesa: 44905100

Vínculo: 1.107.0000

4. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa cadastrada ou não no Município de Aracruz, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

4.2 - Não será admitida a participação nesta licitação de empresas que:

- a - Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participar em licitação e/ou impedimento de contratar com o Município de Aracruz;
- b - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, não ocorrendo a reabilitação;
- c - Entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém que mantenha vínculo empregatício com o Município de Aracruz;
- d - Estejam em Processo de Falência;
- e - Se façam representar por pessoa sem a devida autorização.
- f - Estejam enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Obs: A autorização de representação dar-se-á através de Carta Credencial específica para se manifestar na presente licitação em nome da proponente, com poderes para assinar ata, receber recursos e demais comunicações da Comissão Permanente de Licitação, inclusive para desistir do direito de recurso tanto da decisão de habilitação, quanto de classificação, além das demais atribuições que forem transferidas para o representante, devendo ser entregue em mãos na sessão de abertura da licitação,

observando também as disposições acerca de comprovação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3. Da visita técnica

4.3.1 - Para as empresas interessadas em participar desta licitação, fica facultado às mesmas agendar data e horário para proceder com a visita técnica, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SEMOB deste município ou pelo telefone (27) 3256-6086. O período para realização da visita ocorrerá entre os dias **21/09 a 25/09/2015**. Ressalta-se que a visita técnica não é obrigatória.

4.3.2 - Os representantes da empresa, que decidirem participar da visita técnica, deverão comparecer munidos de documento de identidade e carta de credenciamento, conforme modelo anexo, assinada pelo titular ou representante legal da empresa interessada. Além de ser apresentado estatuto, contrato social ou documento equivalente comprovando que o outorgante tem poderes para conceder a representação da empresa.

4.3.3 - Para título de comprovação da realização de visita técnica, o licitante receberá da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, atestado de visita, que deverá ser assinado por Profissional lotado na SEMOB.

4.4 - Da participação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

4.4.1 - Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014 e da Lei Municipal nº 3.063 de 13/12/2007, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.4.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

4.4.3 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.4.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.4.4 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.5 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

Conclusão de obra de construção da EMPI Pau Brasil, Município de Aracruz.

4.4.5.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, nos termos deste edital, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.5.2 - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.4.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.4.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.5.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.4.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.5.4 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5.5 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, sob pena de preclusão:

4.5 - As licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a LC 123/2006, deverão apresentar, no ato do credenciamento para comprovação de tal condição, a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou ainda o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06.

4.6 - Os privilégios concedidos pela LC 123/2006 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

4.7 - É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

4.8 - Compete à licitante fazer um minucioso exame do Edital, projetos, planilhas, pois quaisquer esclarecimentos, dúvidas, modificações ou contestações, quanto às disposições deste Edital, deverão ser formuladas por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de encerramento do recebimento dos envelopes de documentação e proposta.

4.9 - Não serão levadas em consideração pelo Município de Aracruz, tanto na fase de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação da obra, quaisquer consultas, pleitos, reclamações ou impugnações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, ou transcritas em ata. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

4.10 - A Contratada será responsável pela execução da obra pelo preço proposto e aceito pelo Município de Aracruz.

4.11 - As empresas participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes desta licitação, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

5. DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

5.1 - ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em uma só via, em original ou cópia reprográfica autenticada por Tabelião de Notas ou por Servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, devidamente numerados e rubricados por seu representante legal, na ordem seguinte:

5.1.1 - Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver. Para as sociedades por ações, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores e; no caso de sociedades civis, da diretoria em exercício;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Documento Oficial de Identificação com foto dos proprietários, sócios ou gerentes, diretores e procuradores, conforme o caso;
- f) Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo à participação na licitação, em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal;
- g) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz;

5.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**Cartão CNPJ**), atualizada;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (com situação ativa) ou Municipal (**Alvará de Funcionamento**), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidão de Regularidade de Situação – CRS – perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da Licitação;

d) Certidões de Regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal**);

d.1) A regularidade perante a Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional poderá também ser comprovada por Certidão Conjunta, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 31 de agosto de 2005.

e) Certidão Negativa de Débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante e da sua filial no Estado do Espírito Santo, quando houver, com validade na data de realização da Licitação;

f) Certidão de Regularidade com a **Fazenda Pública do Município sede da empresa e com o Município de Aracruz**, com validade na data de abertura da licitação;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST, em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.

5.1.3 - Qualificação Técnica

a) Comprovante de Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente - Pessoa Jurídica e Pessoa Física (responsáveis técnico(s) indicado(s) pela empresa.

a.1) Na hipótese da vencedora da licitação ter seu registro no Conselho Profissional de outro Estado, deverá apresentar no ato de recebimento da Ordem de Serviço o visto do seu registro no Conselho Regional/ES.

b) Comprovante de vínculo empregatício, quando não se tratar de sócio, através de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) do(s) profissional(is) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s). Quando se tratar de contrato, a comprovação do vínculo deverá ser feita através de cópia do contrato de prestação de serviços, devendo o nome do profissional constar na Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA;

c) Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), do(s) profissional(is) habilitado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, responsável técnico da empresa que comprove que foi responsável tecnicamente pela execução de obra(s) compatível(is) em característica(s), quantidade(s) e prazo(s) com o objeto desta licitação, limitadas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

c.1) O(s) responsável(is) técnico(s) supramencionado(s) deverá(ao) estar devidamente registrado(s) com tal(is) no CREA até a data prevista para a entrega das propostas, de acordo com o inciso I, § 1º do Artigo 30 da Lei Federal 8.666/93.

c.2) Para fins desta licitação considerar-se-ão como parcelas de maior relevância as especificadas a seguir, conforme disciplina o artigo 30, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.3.1 - Qualificação Técnica – Profissional:

Declaração do(s) Responsável(is) Técnico(s) aceitando a sua indicação realizada pela licitante.

a) A certidão de acervo técnico deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional:

Item	Descrição dos Serviços
1	Execução de revestimento de paredes;
2	Execução de pisos internos e externos.

Obs.1) O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

Obs.2) No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

5.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante. Não constando no documento o prazo de validade, será considerada emitida até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação;

b) Balanço Patrimonial, inclusive com os demonstrativos contábeis, correspondentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, vedado à apresentação de balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da licitante;

b.1) O Balanço das licitantes constituídas sob a forma de Sociedade por Ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial.

b.2) As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, certificado por Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade Competente, no qual estejam mencionados expressamente, o termo de abertura e encerramento, o número das folhas do “Livro Diário” em que o Balanço se acha regularmente transcrito.

b.3) A licitantes com menos de 1(um) ano de existência apresentarão Balancete do mês anterior ao da realização da licitação, autenticado por profissional credenciado na forma exigida na aliena b.2.

c) Comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a um ($\geq 1,0$), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) Prova de possuir capital social, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da obra ou ainda a comprovação prevista no art. 31, parágrafo 3º da Lei 8.666/93, com a atualização através de índice oficial para a data de abertura das propostas.

5.1.5 – OBSERVAÇÕES:

a) O Demonstrativo da Capacidade Financeira deverá ser preenchido pela licitante, competindo a CPL proceder à conferência dos elementos dele constantes;

b) A documentação apresentada será anexada ao processo, não se aceitando autenticação de documentos no momento da abertura. *A documentação poderá ser autenticada por membro da Comissão até o dia útil anterior ao certame;*

c) Caso as certidões expedidas pelas fazendas estadual e municipal não tragam consignados os respectivos prazos de validade, a Comissão Permanente de Licitação considerará como máximos os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo 90 (noventa) dias e no Município de Aracruz 60 (sessenta) dias;

d) Para efeito de apresentação dos documentos e certidões acima mencionados não serão aceitos quaisquer protocolos;

e) A CPL se reserva ao direito de proceder buscas e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela comissão, além de incorrer nas sanções previstas neste edital;

f) A aceitação dos dados via "internet", conforme o caso, ficará condicionada à confirmação de sua validade pela Comissão Permanente de Licitação;

g) A licitante que não apresentar quaisquer dos documentos mencionados no item 5.1 e seus subitens será INABILITADA.

5.2 - PROPOSTA DE PREÇOS

5.2.1 - O conteúdo do envelope de proposta de preços deverá constar de proposta elaborada em conformidade com as condições indicadas neste Edital, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas, impressa por qualquer meio de edição eletrônica de textos, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em papel timbrado da licitante, devidamente assinada e rubricada pelo profissional que a subscrever, com menção explícita do título do profissional e do número da carteira (art. 14 da Lei nº 5.194, de 24/12/1966), contendo:

- a) Carta resumo da proposta de preços, contendo o valor total para a execução dos serviços, expressos em real, inclusive indicando o valor por extenso;
- b) Preços unitários, de acordo com a planilha de custos fornecida pelo Município de Aracruz;
- c) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- d) Prazo estimado para execução dos serviços: conforme Edital;
- e) Forma de pagamento: conforme Edital;
- f) Composição analítica dos preços unitários e detalhamento de encargos sociais e de BDI;
- g) Cronograma físico-financeiro;
- h) Declaração de aceitação de todas as condições deste edital e que caso seja vencedora da licitação, executará os serviços pelos preços propostos e aceitos pelo Contratante.

5.2.1.1 - Além de uma via impressa, as planilhas orçamentárias, a composição analítica de custos unitários e detalhamento de encargos sociais e de BDI, deverão ser obrigatoriamente apresentadas em arquivo digital.

Obs.: O CD ROM deverá vir identificado com o nome da licitante e nº do Edital, acondicionado em envelope próprio e afixado à proposta impressa).

6. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 - O recebimento dos envelopes de “Habilitação” e “Proposta de Preços” dar-se-á no local, data e horário constantes no preâmbulo deste edital em envelope fechado e rubricado, contendo na parte externa a razão social da proponente, e ainda a seguinte indicação:

ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

À

Prefeitura Municipal de Aracruz

Comissão Permanente de Licitação

Ref. **Concorrência Pública nº 017/2015**

Data do Protocolo: **até 13 horas do dia 06/10/2015**

Data da Abertura: **06/10/2015 às 14 horas**

Razão Social e endereço completo da Licitante - Inclusive Tel e E-mail

ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

À

Prefeitura Municipal de Aracruz

Comissão Permanente de Licitação

Ref. **Concorrência Pública nº 017/2015**

Data do Protocolo: **até 13 horas do dia 06/10/2015**

Data da Abertura: **06/10/2015 às 14 horas**

Razão Social e endereço completo da Licitante - Inclusive Tel e E-mail

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - No local, dia e hora estabelecidos neste edital, a CPL instalará reunião para abertura dos envelopes contendo a documentação e as propostas, obedecendo à seguinte sequência:

7.1.1- O presidente da CPL receberá os envelopes lacrados, contendo os documentos para habilitação e a proposta de preços.

7.1.2 - Identificação dos representantes legais das empresas com a apresentação das devidas Carteiras de Identidades e Cartas Credenciais, quando for o caso.

7.1.3 - Abertos os envelopes "HABILITAÇÃO", o seu conteúdo, após rubricado pela Comissão, será oferecido à rubrica por parte dos representantes das empresas participantes da licitação.

7.1.4 - A CPL verificará se a documentação jurídica, fiscal e financeira atende às exigências estabelecidas no Edital e em seguida suspenderá a sessão e encaminhará os autos à Secretaria de Obras e Infraestrutura, para análise e emissão de relatório quanto à qualificação técnica.

7.1.5 - Após o retorno dos autos, a CPL de posse do relatório, fará em sessão interna, o julgamento dos envelopes “HABILITAÇÃO” e publicará o resultado nos meios legais.

7.1.6 - Havendo inabilitação de alguma Proponente, serão consideradas 02(duas) situações:

1ª - A proponente não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, caso em que, ser-lhe-á devolvido, fechado e contra recibo, o envelope e registrada em ata a sua renúncia ao recurso.

2ª - A proponente dispõe a apresentar recurso. Neste caso, a proponente dispõe de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da ciência da inabilitação, para encaminhamento do seu recurso, marcando-se nova data para a abertura dos Envelopes.

7.1.7 - Superado o prazo recursal e persistindo a inabilitação de alguma(s) licitante(s), esta(s) terá(o) o envelope “PROPOSTA DE PREÇOS” devolvido, fechado, contra recibo.

7.1.8 - A CPL designará data e hora para realização da reunião de abertura do envelope “PROPOSTA DE PREÇOS”.

7.2 - Das reuniões de verificação de documentação e de propostas serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as propostas, com a transcrição dos respectivos preços totais, registradas as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação. As atas serão assinadas pelos membros da comissão e, facultativamente, pelos representantes das proponentes.

8. AVALIAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

8.1 - O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das propostas de preços consideradas habilitadas, será o adiante descrito:

8.2 - A análise de julgamento das propostas de preços será realizada em duas fases:

a) FASE ELIMINATÓRIA:

Serão desclassificadas as propostas que:

a.1) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa da obra licitada;

a.2) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital;

a.3) Apresentarem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos ou salários do mercado, acrescido dos respectivos encargos, salvo a exceção prevista no parágrafo 3º do art. 44 da Lei 8666/93, com redação da Lei 8.883 de 08/06/94;

a.4) Contiverem preços unitários e/ou global manifestamente inexequíveis cujos custos dos insumos não sejam coerentes com os de mercado;

a.5) Contiverem valores unitários acima dos valores orçados pela Prefeitura Municipal de Aracruz.

a.6) Nos casos em que a CPL constate a existência de erros numéricos nas propostas, serão procedidas as correções necessárias para apuração dos preços globais obedecida a seguinte disposição:

a.6.1) Havendo divergência entre o valor global registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

a.6.2) Havendo divergência nos subtotais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, a CPL procederá à correção dos subtotais, mantidos os quantitativos e os preços unitários das propostas;

a.6.3) Se a proponente não aceitar a correção do erro, sua proposta será rejeitada.

a.7) Nenhum preço proposto poderá ultrapassar o valor do preço unitário da Planilha Orçamentária.

b) FASE FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

b.1) Será considerada vencedora, a proponente habilitada que satisfaça as exigências da fase eliminatória deste Edital e, que tenha apresentado a proposta de menor preço.

b.2) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 8666/93, o desempate será conforme previsto no parágrafo 2º do art. 45 da Lei 8666/93.

c) Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço global, observadas ainda as condições do item seguinte.

c.1) Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

c.1.1) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para em 24 (vinte e quatro) horas apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, e caso o faça será adjudicado em seu favor o objeto desta licitação. A CPL dará ciência a todos as interessadas do valor da nova proposta a ser adjudicada à licitante vencedora do certame.

c.1.2) Se as propostas forem julgadas no mesmo dia de sua abertura, e estando presente a licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência, deverá apresentar nova proposta em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

c.1.3) Se as propostas forem julgadas no mesmo dia de sua abertura, e não estiver presente a licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência, deverá a Administração intimá-la, dando-lhe ciência da configuração do empate e do benefício que possui, convocando-a para apresentar nova proposta em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

c.1.4) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura também se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de

pequeno porte, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

c.1.5) A comissão deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas no neste edital.

8.3 - O Município de Aracruz poderá desclassificar licitantes até à assinatura do contrato por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

8.4 - Antes da divulgação do julgamento da proposta vencedora, a Comissão de Licitação, caso julgue necessário, solicitará à Secretaria de Obras e Infraestrutura parecer sobre a validade dos preços unitários ofertados.

8.5 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão, conforme artigo 43, § 6º da Lei nº 8.666/93.

9 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art.113 (art. 41, § 1º da Lei nº 8.666/93).

9.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

9.3 - Dos atos da administração referente a esta licitação cabem os recursos previstos na Lei 8.666/93 e suas alterações, especialmente o disposto no seu art. 109.

9.4 - Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

9.4.1 - Habilitação ou inabilitação da licitante;

9.4.2 - Julgamento das Propostas;

9.4.3 - Anulação ou Revogação da Licitação;

9.4.4 - Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

9.4.5 - Rescisão do contrato, a que se refere inciso I do artigo 79, da Lei 8.666/93;

9.4.6 - Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

9.5 - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

9.6 - Pedido de reconsideração, ao Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, no prazo de 10(dez) dias úteis da intimação do ato.

9.7 - O recurso previsto nos **itens 9.4.1 e 9.4.2** terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.

9.8 - Interposto, o recurso será comunicado as demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05(cinco) dias úteis;

9.9 - Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

9.9.1 - Serem dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, impressos e devidamente fundamentados e se for o caso, acompanhado de documentação pertinente;

9.9.2 - Serem devidamente instruídos com o Contrato Social e a qualificação da empresa recorrente e de seu representante legal.

9.9.3 - Serem assinados por representantes legais da licitante ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório;

9.9.4 - Serem apresentados no protocolo da Prefeitura Municipal de Aracruz, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, n.º 710 - Centro - Sede, Aracruz - ES, no prazo legal, caso contrário, não serão considerados.

9.10 - A Comissão Permanente de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.11 - Decairá o direito de impugnar os termos do presente Edital perante a Administração, a licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha apontar depois do julgamento, faltas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.12 - Estará sempre ressalvado ao Município de Aracruz, antes de concretizar a contratação, o direito de revogar a licitação por interesse público ou conveniência administrativa, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, do que dará ciência aos interessados.

10. PRAZOS E REAJUSTES

10.1 - O prazo de vigência do contrato fica fixado em **300 (trezentos) dias**, contados da assinatura do contrato.

10.2 - O prazo total para execução dos serviços fica fixado em **180 (cento e oitenta) dias**, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

10.3 - No recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá apresentar o comprovante de caução garantia de execução, sendo o valor da garantia de caução garantia de **5% (cinco por cento)**, representada em moeda corrente ou:

- a) Título de dívida pública, devendo este ter sido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (em conformidade com a Lei nº. 11079 de 30/12/2004);
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária (caput e parágrafo 1º do Art. 56 da Lei que rege de licitação).

10.4 - A liberação para pagamento da primeira e demais medições dos serviços executados, fica condicionada à prestação da caução de garantia.

10.5 – Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo de serviços, de acordo com a Lei, a CONTRATADA deverá proceder ao reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido.

10.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, se em dinheiro, atualizada monetariamente.

10.7 - O início dos serviços da Contratada será imediato após o recebimento da ordem de serviço, expedida pela Contratante. A fiscalização fornecerá, junto com a Ordem de Serviço, todos os elementos indispensáveis ao início da prestação dos serviços.

10.8 - A Contratada, julgando insuficientes os elementos fornecidos, deverá solicitar por escrito, explicações e novos dados, dentro do prazo de até 08 (oito) dias, contados do recebimento dos elementos da fiscalização. Nesse caso, o prazo de execução será contado a partir da data de recebimento dos esclarecimentos solicitados, se os mesmos impedirem o início dos serviços.

10.9 - Os prazos de início de execução, de conclusão e entrega da obra, admitem prorrogações mantidas as demais cláusulas do contrato, assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, § 1º da Lei 8.666/1993.

10.10 - Qualquer motivo de paralisação dos serviços deverá ser comunicado por escrito ao Contratante, através de carta/memorando endereçado à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, inclusive justificando os motivos da paralisação, que poderão ou não ser aceitos pelo Contratante.

10.11 - Os preços propostos pela contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 01 (um) ano da data de apresentação de proposta, de acordo com os preceitos da Lei 8.880/1994, através do Índice Nacional de Custos de Construção – INCC – Fundação Getúlio Vargas.

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado.

V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem Reajustados.

I₀ = Índice XXXXXXXXXX, relativo ao mês anterior da data de apresentação da proposta.

I = Idem ao I₀, porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data de apresentação da proposta.

10.12 - Os reajustamentos de preços propostos estarão ainda sujeitos, a Leis Complementares, Medidas Provisórias e Decretos que venham regulamentar novos procedimentos em função das medidas econômicas de interesse do País

11. FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização da execução dos serviços será feita por Servidor a ser designado pela Secretaria de Obras e Infraestrutura, por meio de Portaria interna, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as condições do presente Edital, a proposta e as disposições do contrato.

11.2 - Fica a Contratada obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços objeto do presente Contrato, facultando o livre acesso aos mesmos ao seu escritório, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado.

11.3 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicações, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.

11.4 - A fiscalização poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição de elementos da equipe da Contratada, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 5(cinco) dias corridos.

11.5 - A fiscalização poderá sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com disposto no Contrato.

11.6 - A fiscalização poderá contar com o apoio técnico de empresa(s) contratada(s) pela PMA/SEMOB para auxiliar no processo de fiscalização da referida obra.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento do preço pactuado será efetuado no prazo de 30(trinta) dias após a solicitação do mesmo por parte da Contratada, onde a Contratada deverá proceder a abertura de processo de medição no Protocolo Geral da Prefeitura, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro, Aracruz-ES, encaminhando a Planilha orçamentária de medição constando o período de execução dos serviços, memória de cálculo e relatório fotográfico dos serviços executados.

12.2 - Após a análise da solicitação e apresentação de Planilha orçamentária com o ateste do responsável pela fiscalização dos serviços a Contratante autorizará a emissão da Nota Fiscal, cabendo a ela informar o valor da referida NF à Contratada, respeitando o Art. 58, Inciso III da Lei 8.666/93.

12.3 - A Nota Fiscal deverá ser entregue na própria Secretaria de Obras e Infraestrutura juntamente com os documentos de regularidade fiscal.

13. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1 - Obrigações da Contratada

13.1.1 - A Contratada obrigará-se a desenvolver os serviços de acordo com as especificações, projetos, sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

13.1.2 - A Contratada obrigará-se a dispor de equipamentos necessários a execução do contrato de forma satisfatória à Administração Pública.

13.1.3 - A Contratada obrigará-se a substituir os empregados, quando solicitado pelo Contratante, no interesse do cumprimento do Contrato, cabendo o ônus à Contratada.

13.1.4 - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

13.1.5 - A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso do serviço.

13.1.6 - Cabe à Contratada permitir e facilitar a fiscalização, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

13.1.7 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

13.1.8 - Obriga-se a Contratada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.9 - Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamento de Proteção Individual) e com uniformizados.

13.1.10 - Destinar veículos e equipamentos suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como de todo o material necessário para a execução dos mesmos.

13.1.11 – Apresentar juntamente com a Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, FGTS e fiscais.

13.1.12 - Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta nos dias úteis, devendo se necessário, e autorizado previamente pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, ser estendido ao horário noturno ou em feriados e finais de semana.

13.1.13 - A eventual aceitação da obra pelo Contratante não eximirá a Contratada de responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstância em que as despesas de conserto ou modificação correrão por conta exclusiva da contratada.

13.1.14 - A contratada após entrega da obra dará 05 (cinco) anos de garantia e assistência técnica gratuita para os serviços objetos deste contrato, contra defeitos, erros e/ou vícios de fabricação, instalação, salvo por uso indevido.

13.1.15 - Cabe ainda à Contratada atender aos procedimentos para Controle Ambiental da construção.

13.2. Obrigações do Contratante

13.2.1 - Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos serviços, pagando à Contratada conforme as condições estabelecidas neste Edital.

13.2.2 - Atestar e receber os serviços efetivamente executados, de acordo com as cláusulas deste documento.

13.2.3 - Disponibilizar os locais onde serão executados os serviços, bem como, as condições necessárias para a sua execução.

13.2.4 - Solicitará o Contratante aos técnicos da Contratada a exibição de documentação de identificação pessoal, quando estes se apresentarem para realização dos serviços abrangidos nesta contratação.

13.2.5 - A aceitação definitiva dos serviços contratados se efetuará, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

14. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 - A Contratada se obrigará a executar as obras e serviços empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente aos Projetos, Normas e Especificações Técnicas, conforme Caderno de Especificações e Memoriais Descritivos.

14.2 – A Contratada obriga-se a manter à disposição do Contratante, profissional habilitado junto ao CREA, para execução e acompanhamento dos serviços ora solicitados, o qual deverá emitir ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de execução dos serviços.

14.3 - Poderá a Secretaria de Obras e Infraestrutura, a seu critério exigir a demolição e reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com o Projeto, Norma e Especificações próprias.

14.4 - Todos os serviços realizados pela Contratada deverão ser listados formalmente em um Boletim de Ocorrência, ou Diário de Obra, onde conste, no mínimo, as seguintes informações: Data do serviço; Dia da Semana; Condições meteorológicas; Horário da execução do serviço; Serviço Realizado; Pendências; Justificativa das Pendências.

14.4.1 - Este documento deverá estar assinado pelo Responsável Técnico pela execução dos serviços e, em concordância, pela fiscalização da obra.

14.4.2 – O Diário de Obra deverá haver espaço, para comentários/justificativas, pelo executor dos serviços e outro para a fiscalização da obra.

14.5 - Caberá à Contratada dar tratamento e destinação correta aos resíduos sólidos provenientes da execução do objeto.

14.6 - A Contratada deverá ao final da execução do objeto apresentar em 01 (uma) via impressa devidamente assinada e datada pelo profissional técnico responsável, encadernada e com capa de identificação da obra, número do contrato, empresa executora, logomarca do Município e da empresa e 01 (uma) via em CD (arquivo digital) em autocad, identificado com o nome da empresa e da obra e número do contrato, o “as built”(como construído), da referida obra.

14.7 - A contratada será responsável pela vigilância no local da execução da obra.

14.8 - A obra deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, cabendo à contratada a retirada de qualquer material proveniente da execução.

15. ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1 - Após a homologação do resultado da licitação pelo Município de Aracruz, a adjudicação do objeto desta licitação se efetivará através de contrato a ser firmado com a empresa vencedora, de acordo com a minuta do contrato constante do edital, que define os direitos e obrigações do Município e da Contratada, independentemente de transcrição.

15.2 - A empresa vencedora será convocada pelo Município de Aracruz, por escrito, para assinatura do respectivo contrato no prazo de **08(oito) dias úteis**, a partir da data da convocação. Se esta não aceitar assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, o Município poderá convocar na ordem de igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente das sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, consolidada.

16. MULTAS E PENALIDADES

16.1 - A recusa da Contratada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no subitem 10.2, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se as penalidades previstas no item 16.3, letras "a", "b" e "e".

16.2 - O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas contratuais, sujeitará a Contratada à multa de mora, fixada neste Edital e no Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

16.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa.

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias, se a obra não for iniciada na data prevista ou concluída nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pelo Contratante;

c) Multa cominatória de até 10%(dez) por cento sobre o valor total do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

d) Suspensão temporária de participar em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2(dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.4 - As sanções previstas no subitem 16.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" e "d" e 10(dez) dias corridos para a letra "e", a partir do recebimento da mesma.

16.5 - As sanções previstas no subitem 16.3 letra "d" e letra "e", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

a) Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

b) Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

16.6 - As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas ao Município dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.

16.7 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos ao contrato ou cobradas judicialmente.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1 - A Contratada não poderá ceder ou subcontratar parcialmente os serviços objeto desta licitação, sem a prévia autorização, por escrito, da Secretaria de Obras e Infraestrutura, ressalvando-se que, quando concedida a subcontratação, obriga-se a Contratada a celebrar o respectivo contrato com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o Contratante e sob sua inteira responsabilidade, reservando ainda ao Contratante o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba à subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízos de qualquer espécie.

17.2 - As Subcontratadas deverão comprovar regularidade fiscal e previdenciária e preencher os mesmos requisitos da qualificação técnica exigidos neste Edital.

18. RESCISÃO

18.1 - De acordo com o previsto na Cláusula Décima Primeira da minuta de contrato.

19. ALTERAÇÕES

19.1 - O contratante poderá acrescer ou diminuir o volume de serviços, em conformidade com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/1993, bem como acrescer o prazo decorrente de alterações do projeto, inclusão ou exclusão de serviços.

20. ANEXOS

20.1 - Integram o presente Edital, além do Termo de Referência, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Credenciamento para Visita Técnica (modelo);

Anexo II - Composição Analítica do Preço Unitário (modelo);

Anexo III - Carta Credencial do(s) Representante(s) na Licitação (modelo);

Anexo IV - Carta Resumo da Proposta de Preços (modelo);

Anexo V - Declaração em atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da CF (modelo);

Anexo VI - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (modelo);

Anexo VII - Minuta de Contrato;

Anexo VIII - Caderno de Encargos e Memoriais Descritivos; Orçamento e Projetos. (Disponível no site da PMA (www.aracruz.es.gov.br – Link - Licitações) ou junto à CPL, trazendo CD ou pendrive para cópia.)

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - Esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico legal na interpretação dos termos deste Edital serão dirimidas mediante solicitação por escrito, endereçado ao Presidente da CPL do Município de Aracruz, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta-feira ou através do email: licitacao@pma.es.gov.br.

21.2 - Quaisquer modificações ou alterações a serem introduzidas no Edital, terão divulgação pela mesma forma que se deu o texto original com a consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.3 - Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão de Licitação, assessorando-a quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer das licitantes, ligados ou não ao Município de Aracruz.

21.4 - Estará sempre ressalvado ao Município de Aracruz, antes da assinatura do Contrato e em razão de fato superveniente devidamente comprovado, o direito de revogar ou anular esta Licitação, de acordo com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

21.5 - O Município de Aracruz se reserva o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, a presente, fato que deverá estar devidamente comprovado nos autos, através de parecer do Setor Competente da Prefeitura Municipal.

ARACRUZ - ES, 02 de Setembro de 2015.

IDELBLANDES ZAMPERLINI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Aracruz